

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS–
ESAG**

Área de Conhecimento	Ementa/Bibliografia
Administração Pública e Coprodução	<u>Ementa:</u> Fundamentos, abordagens e tipos de coprodução. Modelos de administração pública e coprodução. Engajamento mútuo de usuários e profissionais no design e na entrega de serviços públicos. Redes, parcerias e outras formas de envolvimento de cidadãos e organizações governamentais, de mercado e não governamentais nas políticas públicas. Dispositivos constitucionais e outras formas de participação cidadã. Ação coletiva, capital social e confiança. Coordenação, transparência e accountability em processos de coprodução. Sociedade civil, Estado Democrático e políticas públicas no Brasil: trajetória, desafios e perspectivas. Sociedade civil e inovação social em arenas e políticas públicas. <u>Bibliografia:</u> ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F. Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 54, n. 1, p. 181– 200, 2020. ANDION, C.; SERVA; M. Por uma visão positiva da sociedade civil organizada no Brasil. Revista Venezoalena de Economia Social, 4 (7), Dezembro, 2004, p. 7-24. ANSELL, C.; TORFING, C. I. Handbook on Theories of Governance. Cheltenham, Elgar, 2016. BOVAIRD, T. Beyond engagement and participation: user and community coproduction of public services. Public Administration Review, v. 67, nr. 5, 846-860, 2007. BRANDSEN, T., & HONINGH, M. Distinguishing different types of coproduction: a conceptual analysis based on the classic al definitions. Public Administration Review, v. 76, nr. 3, 427–435, 2016. BRANDSEN, Taco; STEEN, Trui; VERSCHUERE, Bram (Eds). 2018. Co-Production and CoCreation: Engaging Citizens in Public Services. New York: Routledge. (Routledge Critical Studies in Public Management). KISSELER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, p. 479-99, 2006. LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contraargumentos e avanços no debate. Opin. Publica [online]. 2015, vol.21, n.1 pp.157-187. ROCHA, Arlindo Carvalho; SCHOMMER, Paula Chies; DEBETIR, Emiliana. PINHEIRO, Daniel Moraes. Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. Cadernos Ebape, 19(3), p. 538-551, 2021. RONCONI, Luciana F. de A.; DEBETIR, Emiliana; DE MATTIA, Clenia.

	Conselhos gestores de políticas públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. Brasília: Contabilidade, Gestão e Governança. Vol. 14, n. 3 (2011). Disponível em http://www.cggamg.unb.br/index.php/contabil/article/view/380. SALM, J. F. Coprodução de Bens e Serviços Públicos. In: Boullosa, Rosana de Freitas (org). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. Pgs. 42-44. SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez 2009.
Administração de Pessoal	<u>Ementa:</u> Relação indivíduo, organização e trabalho; Vínculos do indivíduo com a organização: sentido e significado, satisfação, envolvimento, motivação, comprometimento; Processos de aprendizagem nas organizações; formação e desenvolvimento de equipes; trajetória da área de administração de recursos humanos como função organizacional e gerencial; processos de gestão de pessoas aplicados à Administração Pública; Gestão por competência; Modalidades de ingresso em organizações públicas: concurso público, estágio probatório, movimentação e estabilidade; Socialização organizacional; Capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas na administração pública; Avaliação de desempenho e meritocracia no setor público; Papel do gestor e desenvolvimento gerencial; Fundamentos e novas abordagens de liderança. Liderança na administração pública: relações de poder, dilemas culturais e políticos. Liderança política. Gestão da diversidade, inclusão e permanência. Bem-estar no trabalho e promoção da saúde mental. <u>Bibliografia:</u> BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília: ENAP, 2019. BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão estratégica de pessoas no setor público. São Paulo: Atlas, 2014. FLEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). As pessoas na organização. 11. ed. São Paulo: Gente, 2002. MINTZBERG, Henry. Managing: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010. NORTHHOUSE, Peter G. Leadership: Theory and Practice. 9 ed. Sage Publications, 2021. Liderança. 2. ed. São Paulo: Atlas: 1997. ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antônio V. B. (org). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
Educação Especial Inclusiva	<u>Ementa:</u> Fundamentos históricos, políticos, legais e pedagógicos da educação inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior.

	Diferenças, diversidade, deficiência e necessidades educacionais específicas no contexto universitário. Concepções contemporâneas de inclusão, exclusão, acessibilidade e reconhecimento das diferenças. Políticas públicas e marcos normativos da educação inclusiva, da educação especial e dos direitos das pessoas com deficiência. Organização e funcionamento do AEE no ensino superior: identificação das necessidades educacionais, barreiras à participação e à aprendizagem, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, apoios e estratégias pedagógicas. Docência e práticas inclusivas no ensino superior. Relações entre diferenças, preconceito, desigualdade e processos de exclusão/inclusão. Formação docente, culturas, políticas e práticas institucionais para a garantia da permanência, participação e aprendizagem dos estudantes. <u>Bibliografia:</u> BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 1 – Política de Educação Especial Inclusiva: concepções, fundamentos e princípios. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 2 – Atendimento Educacional Especializado (AEE): Concepções e Metodologias. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 3 – Documentação do AEE na Escola Inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 4 – Práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026.
--	--

	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 4 – Práticas pedagógicas inclusivas em salas de aula. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 5 – Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 11 – Atendimento Educacional Especializado em Ambiente Hospitalar ou Domiciliar. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva: Volume 13 – Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar. Brasília: MEC/Secadi, 2026. Disponível em: MEC Cadernos Pedagógicos. Acesso em: 10 set. 2026. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007. GESSER, Marivete. MODELOS DE COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA. In Psicologia e estudos da de ciência / organizadoras: Marcia Moraes, Marivete Gesser, Nira Kaufman. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Via Verita, 2025. Disponível em: file:///C:/Users/cead/Downloads/Ebook-Psicologia-e-Estudos-daDeficiencia1.pdf Acesso em: 05 maio 2026. MELO, Francisco Ricardo Lins de (Org.). Inclusão no Ensino Superior: Docência e necessidades educacionais especiais. Natal: EDUFRN, 2013. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. SANTA CATARINA. Conselho Universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina (CONSUNI). Resolução nº 050, de 31 de outubro de 2018. Regulamenta a constituição e o funcionamento do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2018. SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivalette; COSTA, Laureane Marília de Lima (Org.). Estudos da deficiência na educação: antipacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado. Florianópolis: Editora UDESC, 2022.
--	--

	Disponível em: https://repositorio.udesc.br/entities/publication/1e92e3110fa7-4578-8ae3-fee86e3121a6 Acesso em: 10 fev. 2026 VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. Resignificando a deficiência. Porto Alegre: Penso, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788580553437. Acesso em: 05 ago 2025.
--	---